



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL - LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2024

LICITAÇÃO Nº. 9.0.075/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR LOTE

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - 982095

RUA ALCINDO BEZERRA DE MENEZES, 13 - CENTRO - MONTEIRO - PB.

CEP: 58000-000 - E-mail: licitacaopmmonteiro@gmail.com.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.073.628/0001-91, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, **às 08:00 horas do dia 27 de Novembro de 2024**, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 9.0.075/2024, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por lote, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Municipal nº 2.229/2024, de 17 de Janeiro de 2024; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: **AQUISICÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.**

Data de abertura da sessão pública: 27/11/2024. Horário: 08:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: prevista para ocorrer nessa mesma sessão pública.

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO – PB, PARTE III.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC e o órgão ou entidade participante.

1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.

1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência - Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote.

1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – **AQUISICÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.10. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br; ou

2.2.2. Pelo e-mail: licitacaoopmmonteiro@gmail.com:

2.2.2.1. Nessa hipótese, a íntegra do pedido será divulgada no sistema eletrônico utilizado.

2.3. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

3.1.5. ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.6. ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.7. ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. <https://www.monteiro.pb.gov.br/>;

3.2.1.2. www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3. www.comprasgovernamentais.gov.br; e

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

3.3. Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Municipal nº 2.229/2024, de 17 de Janeiro de 2024; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente,



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação: Recursos previstos no orçamento vigente. A indicação da dotação orçamentária específica, com o devido nível de detalhamento necessário, somente será processada quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

5.5.Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.6.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal disponível no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2.Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional publicado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, disponível no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9.CONDIÇÃO ESPECÍFICA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante, obrigatoriamente, integrará a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente certame.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



6.9.1.1. O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal, acessando ao site www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote; e

8.3.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



- 8.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.
- 8.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 8.9. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.12. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. A Pregoeira poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:
- 9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
- 9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
- 9.1.3. Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
- 9.1.4. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
- 9.4. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:
- 9.4.1. O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.
- 9.5. A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.
- 9.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.7. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.8. Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contratação, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.
- 9.9. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 9.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.13. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.14. Após finalizar a etapa de lances será solicitada o envio da proposta inicial.
- 9.15. A proposta anexada deve ser assinada a punho ou de forma digital.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.A Pregoeira poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17.No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



10.20. Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2. Empresas brasileiras;

10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.28.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.28.4. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.28.5. É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.29. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.30. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



11.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1. É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.2.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pela Pregoeira, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1. Contiver vícios insanáveis;

11.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.4. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1. É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.3. Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o lote correspondente.

11.5. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, a Pregoeira verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.8. O licitante poderá substituir a documentação para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, exigida neste certame, pelo registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF do Governo Federal, apresentando, obrigatoriamente, em substituição apenas aos referidos documentos por ele abrangidos, o respectivo "Registro Cadastral" em plena validade.

12.0. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2. Ressalvado o disposto no item 11.8, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3. PESSOA JURÍDICA:

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4.Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.4.1.A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.3.4.2.As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5 (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.13.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.9.1.

12.5.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação da Pregoeira, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Pregoeira; ou

12.5.2.De ofício, a critério da Pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7.A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.9.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.9.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão Permanente de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.10.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.10.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.10.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.10.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério da Pregoeira, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.10.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.10.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



12.10.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão Permanente de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.13.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.13.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.13.3. Poderá ser utilizada, a critério da Pregoeira, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão Permanente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.15. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.2.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor;



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



13.3.4.O deságio eventualmente obtido no valor do lote será repassado integralmente e de forma linear a todos os seus itens, sendo que, se após esse rateio restar valor unitário, para qualquer item do lote, superior ao estimado pelo ORC, será atribuído ao respectivo item o valor estimado, procedendo-se novo rateio para que seja preservado o deságio obtido no lote.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



15.2.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0. DO CONTRATO

16.1. Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 03 (três) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:

16.1.2.1. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Formalização e Cadastro de Reserva:

17.1.1. Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.1.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:

17.1.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

17.1.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.1.3. A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.1.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

17.1.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.

17.1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:

17.1.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



17.1.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2. Assinatura:

17.2.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:

17.2.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.

17.2.4. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.2.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.2.6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3. Vigência:

17.3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

17.3.2. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

17.4. Vedação a acréscimos de quantitativos:

17.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5. Controle e gerenciamento:

17.5.1. O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:

17.5.1.1. Os quantitativos e os saldos; e

17.5.1.2. As solicitações de adesão.

17.6. Alteração ou atualização dos preços registrados:

17.6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:

17.6.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

17.6.1.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou

17.6.1.3. Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

17.7. Negociação de preços registrados:



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



17.7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

17.7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

17.7.1.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento.

17.7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;

17.7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

17.7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:

17.7.2.1. Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

17.7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;

17.7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;

17.7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

17.7.2.5. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

18.0. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO

18.1. Cancelamento do registro do fornecedor:

18.1.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

18.1.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

18.1.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.1.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou

18.1.1.4. Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2. Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.2.1.1. Por razão de interesse público;

18.2.1.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



18.2.1.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

19.1. Formalização:

19.1.1. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.

19.1.2. O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.1.3. A contratação posterior de item específico constante do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o ORC, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º, do Art. 23, da Lei 14.133/21.

19.2. Alteração do contrato:

19.2.1. O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3. Vigência do contrato:

19.3.1. A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA

20.1. Competências:

20.1.1. A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:

20.1.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

20.1.1.2. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e

20.1.1.3. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE

21.1. Competências:

21.1.1. O órgão ou a entidade participante será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:

21.1.1.1. Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

21.1.1.2. Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

21.1.1.3. Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e

21.1.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

22.1.1. Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

22.1.2. Pelo seguinte órgão ou entidade participante do presente certame:

22.1.2.1. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CNPJ nº 11.442.838/0001-51.

22.1.3. Por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes do presente certame, atendidos os requisitos deste instrumento convocatório, que fizerem adesão à Ata de Registro de Preços, mediante a anuência do órgão gerenciador.

22.2. O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



23.0.DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

23.1.Regra geral:

23.1.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços IRP, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

23.1.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

23.1.1.2.Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/21; e

23.1.1.3.Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

23.1.2.A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

23.1.3.Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

23.1.4.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

23.1.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.

23.1.6.A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

23.1.6.1.Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

23.1.6.2.Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

23.1.7.É vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

23.2.Limites para as adesões:

23.2.1.Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à Ata de Registro de Preços de que trata este instrumento:

23.2.1.1.As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes; e

23.2.1.2.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

24.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

24.2.1.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

24.2.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

24.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24.2.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



24.2.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.2.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.2.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

24.2.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

25.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

25.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

26.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

26.1.Obrigações do Contratante:

26.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

26.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

26.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

26.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

26.2.Obrigações do Contratado:

26.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

26.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

26.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

26.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

26.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

26.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

26.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

27.0.DO PAGAMENTO

27.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

27.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



27.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

27.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

28.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

28.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

29.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

29.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

29.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

29.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

29.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

30.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

30.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

30.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



30.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.9. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

30.10. O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Alcindo Bezerra de Menezes, 13 – Centro – Monteiro – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.11. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Monteiro, Estado da Paraíba.

Monteiro - PB, 13 de Novembro de 2024.

ZILSON ROMÃO VASCONCELOS
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO – PB, PARTE III.**

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

1 - ONIBUS IVECO 10,190E PLACA RLX4J50 ANO 2020/2021

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	ALTERNADOR	PÇ	1	1.653,00	1.653,00
2	AMORTECEDOR DIANTEIRO	PÇ	4	719,33	2.877,32
3	AMORTECEDOR TRASEIRO	PÇ	4	590,33	2.361,32
4	ATUADOR DA EMBREAGEM	PÇ	1	720,67	720,67
5	BATENTE AMORTECEDOR TRASEIRO	PÇ	4	367,00	1.468,00
6	BATERIA 100 AMP	PÇ	2	1.108,67	2.217,34
7	BIELA	PÇ	2	756,33	1.512,66
8	BOBINA	PÇ	1	294,33	294,33
9	BOMBA D'ÁGUA	PÇ	1	889,00	889,00
10	BOMBA DE COMBUSTÍVEL	PÇ	1	1.521,00	1.521,00
11	BOMBA DE ÓLEO LUBRIFICANTE	PÇ	1	1.901,33	1.901,33
12	BORRACHA PORTAS DIANT. E TRAS.	PÇ	2	425,33	850,66
13	BOTÃO VIDRO ELETRICO LD E LE	PÇ	1	163,00	163,00
14	BRAÇO DO LIMPADOR	PÇ	2	315,33	630,66
15	BRONZE BIELA MOTOR	PÇ	4	629,67	2.518,68
16	BRONZE FIXO MOTOR	PÇ	4	793,00	3.172,00
17	BUCHA EIXO TRASEIRO	PÇ	4	182,67	730,68
18	BUCHA ESTABILIZADA DIANT.	PÇ	4	93,00	372,00
19	BUCHA ESTABILIZADOR TRAS.	PÇ	4	97,67	390,68
20	BUCHA FEIXE DE MOLAS TRAS.	PÇ	4	91,33	365,32
21	BUCHA FEIXE DE MOLAS TRAS. PEQ.	PÇ	4	98,00	392,00
22	BUZINA	PÇ	1	87,33	87,33
23	CABO DE EMBREAGEM	PÇ	1	420,67	420,67
24	CABO DO ACELERADOR	PÇ	1	346,33	346,33
25	CABO FREIO DE MÃO	PÇ	1	370,00	370,00
26	CAMISA C/ CILINDRO MOTOR	PÇ	4	242,33	969,32
27	CHAVE DE SETA	PÇ	1	579,00	579,00



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



28	CILINDRO AUXILIAR EMBREAGEM	PC	1	376,33	376,33
29	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM	PC	1	587,00	587,00
30	CILINDRO RODA TRASEIRA	PC	2	318,33	636,66
31	COLA PARA PARABRISA	PC	2	109,33	218,66
32	COLAR DE EMBREAGEM	PC	1	744,00	744,00
33	CORREIA DENTADA	PC	4	167,00	668,00
34	CORREIA DO ALTERNADOR	PC	4	288,33	1.153,32
35	CORREIA HIDRAULICA	PC	2	192,00	384,00
36	COXIM AMORTECEDOR TRAS.	PC	4	407,00	1.628,00
37	COXIM CAMBIO	PC	2	704,00	1.408,00
38	COXIM DO AMORTECEDOR	PC	2	304,00	608,00
39	COXIM DO MOTOR CENTRAL	PC	2	564,67	1.129,34
40	COXIM DO MOTOR LE. E LD.	PC	2	598,00	1.196,00
41	CRUZETA COLUNA DIREÇÃO	PC	4	227,33	909,32
42	DISCO DE EMBREAGEM	PC	1	1.971,67	1.971,67
43	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	PC	4	650,00	2.600,00
44	DISCO DE FREIO TRAS.	PC	4	639,00	2.556,00
45	ESPELHO RETROVISOR	PC	2	413,33	826,66
46	FAROL LD	PC	2	928,67	1.857,34
47	FAROL LE	PC	2	973,00	1.946,00
48	FUSÍVEL	PC	5	3,67	18,35
49	IMPULSOR P/ MOTOR PARTIDA	PC	1	273,33	273,33
50	INDUZIDO P/ MOTOR DE PARTIDA	PC	1	519,00	519,00
51	INTERRUPTOR DE FREIO	PC	1	177,33	177,33
52	INTERRUPTOR DE PRESSÃO DO ÓLEO	PC	1	295,67	295,67
53	JOGO JUNTA DO MOTOR	PC	1	2.401,67	2.401,67
54	JOGO LONA FREIO TRASEIRO	PC	4	316,00	1.264,00
55	JOGO SAPATA FREIO	PC	4	305,67	1.222,68
56	JUNTA COLETOR ADMISSÃO	PC	2	91,00	182,00
57	JUNTA DO CABEÇOTE	PC	2	595,33	1.190,66
58	JUNTA DO CARTER	PC	1	234,33	234,33
59	JUNTA TAMPA DE VÁLVULA	PC	2	186,33	372,66
60	LAMPADA 1034	PC	4	8,00	32,00
61	LAMPADA 1141	PC	4	7,67	30,68
62	LAMPADA 67 12V	PC	4	6,33	25,32
63	LAMPADA 69 12V	PC	4	6,33	25,32
64	LAMPADA H4 12V	PC	4	37,67	150,68
65	LAMPADA H7 12V	PC	4	48,33	193,32
66	LANTERNA TRASEIRA	PC	2	298,00	596,00
67	MANGOTE DA BOMBA D'ÁGUA	PC	1	168,00	168,00
68	MANGOTE DO RADIADOR	PC	1	516,33	516,33
69	MANGOTE DO RESERVATÓRIO	PC	1	335,00	335,00
70	MANGOTE INFERIOR DO RAD.	PC	2	524,00	1.048,00
71	MANGOTE SUPERIOR DO RAD.	PC	2	486,00	972,00
72	MANGUEIRA DA TURBINA	PC	1	390,33	390,33
73	MANGUEIRA DO INTERCULER	PC	1	365,33	365,33
74	MANGUEIRA FREIO DIANT. LD	PC	2	162,67	325,34
75	MANGUEIRA FREIO DIANT. LE	PC	2	178,00	356,00
76	MANGUEIRA MOL TUBO DE LIGA RESERV.	PC	1	284,00	284,00
77	MOTOR DA VENTURINHA	PC	1	1.815,00	1.815,00
78	MOTOR DE PARTIDA	PC	1	2.009,00	2.009,00



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



79	PALHETA LIMPADOR	PC	2	95,00	190,00
80	PARABRISA	PC	1	3.433,00	3.433,00
81	PARAFUSO DE RODA	PC	4	49,33	197,32
82	PISTÃO C/ ANEL MOTOR	PC	4	937,00	3.748,00
83	PIVO	PC	4	204,33	817,32
84	POLIA DO AR CONDICIONADO	PC	1	543,33	543,33
85	POLIA DO TENSOR	PC	1	376,33	376,33
86	REGULADOR DE VOLTAGEM	PC	1	304,33	304,33
87	RELE AUXILIAR	PC	2	51,67	103,34
88	RELE DE BUZINA	PC	2	49,33	98,66
89	RELE DE PISCA	PC	2	65,67	131,34
90	RELE DE RÉ	PC	1	81,67	81,67
91	REPARO PINÇA FREIO DIANT. C/ PISTÃO	PC	2	315,33	630,66
92	REPARO PINÇA FREIO TRAS. C/ PISTÃO	PC	2	293,67	587,34
93	RESERVATÓRIO DE ÁGUA	PC	1	815,33	815,33
94	RETENTOR DA RODA	PC	4	95,00	380,00
95	RETENTOR DE VÁLVULA	PC	4	96,00	384,00
96	RETENTOR DO VOLANTE	PC	2	534,00	1.068,00
97	RETROVISOR	PC	2	1.806,00	3.612,00
98	ROLAMENTO DE RODA DIANT.	PC	4	207,67	830,68
99	ROLAMENTO DE RODA TRAS.	PC	4	294,67	1.178,68
100	ROLAMENTO DO COMPRESOR	PC	4	249,33	997,32
101	ROLAMENTO DO TENSOR CORREIA DENTADA	PC	4	375,67	1.502,68
102	ROTOR	PC	1	701,33	701,33
103	SAPATA DE FREIO	PC	4	388,00	1.552,00
104	SENSOR DE TEMPERATURA	PC	2	288,00	576,00
105	SENSOR DE VELOCIDADE	PC	2	405,33	810,66
106	SERVO DE EMBREAGEM	PC	2	1.444,33	2.888,66
107	SOQUETE PISCA	PC	2	49,33	98,66
108	TAMBOR DE FREIO	PC	2	1.221,00	2.442,00
109	TENSOR	PC	1	583,00	583,00
110	TERMINAL DE DIREÇÃO	PC	4	192,00	768,00
111	TRIZETA	PC	2	311,33	622,66
112	VÁLVULA ADMISSÃO DO MOTOR	PC	4	87,00	348,00
113	VÁLVULA ESCAPE DO MOTOR	PC	4	90,33	361,32
114	VÁLVULA PEDAL FREIO	PC	1	893,33	893,33
115	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	150	199,67	29.950,50
116	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	80	181,00	14.480,00
				Total do Lote	150.055,38

2 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS TH PLACA RLY0D10 ANO 2020/2021

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
117	AMORTECEDOR DIANTEIRO	PC	4	717,00	2.868,00
118	AMORTECEDOR TRASEIRO	PC	4	646,00	2.584,00
119	ANEL SINCRONIZADOR	PC	2	203,33	406,66
120	BARRA DIRECAO GRANDE	PC	1	1.964,67	1.964,67
121	BARRA DIRECAO PEQUENA	PC	1	1.194,67	1.194,67



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



122	BATERIA 150AMP	PC	2	1.503,67	3.007,34
123	BOMBA D'AGUA	PC	2	771,33	1.542,66
124	BOMBA ÓLEO	PC	2	1.059,33	2.118,66
125	BRONZE BIELA	PC	4	260,67	1.042,68
126	BRONZE FIXO	PC	4	209,67	838,68
127	BUCHA BIELA	PC	4	75,67	302,68
128	BUCHA ESTABILIZADORA DIANTEIRA	PC	4	36,33	145,32
129	BUCHA ESTABILIZADORA TRASEIRA	PC	4	40,00	160,00
130	CATRACA FREIO DIANTEIRO	PC	4	293,33	1.173,32
131	CATRACA FREIO TRASEIRO	PC	4	288,00	1.152,00
132	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM	PC	2	312,00	624,00
133	CRUZETA TRANSMISSAO	PC	4	172,00	688,00
134	CUICA DE FREIO	PC	4	418,33	1.673,32
135	EIXO BENDIX MOTOR DE PARTIDA	PC	1	293,33	293,33
136	EIXO PRIMARIO	PC	1	2.221,00	2.221,00
137	EIXO SECUNDÁRIO	PC	1	2.652,00	2.652,00
138	ESPEHO RETROVISOR	PC	2	325,67	651,34
139	FAROL	PC	2	399,33	798,66
140	FILTRO DE AR PRIMARIO	PC	4	207,00	828,00
141	FILTRO DE COMBUSTIVEL	PC	4	158,33	633,32
142	FILTRO LUBRIFICANTE	PC	4	151,67	606,68
143	FILTRO SEDMENTADOR	PC	4	274,33	1.097,32
144	FUSIVEL	PC	5	5,00	25,00
145	GUARNICAO PARABRISA	PC	2	627,00	1.254,00
146	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	PC	1	513,67	513,67
147	JOGO ARRUELA ENCOSTO	PC	2	100,00	200,00
148	JOGO EMBUCHAMENTO PONTA DE EIXO	PC	2	891,33	1.782,66
149	JOGO ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PC	2	57,00	114,00
150	JOGO JUNTA INFERIOR	PC	2	765,67	1.531,34
151	JOGO LONA DE FREIO DIANTEIRA	PC	4	408,67	1.634,68
152	JOGO LONA DE FREIO TRASEIRA	PC	4	308,33	1.233,32
153	JUNTA DO CABEÇOTE	PC	2	262,33	524,66
154	JUNTA DO COLETOR DE ESCAPE	PC	2	46,67	93,34
155	JUNTA TAMPA DISTRIBUIÇÃO	PC	2	126,33	252,66
156	JUNTA TAMPA VALVULA	PC	2	40,00	80,00
157	JUNTA DO COLETOR DE ADMISSÃO	PC	2	29,33	58,66
158	KIT COMPRESSOR AR	PC	1	864,67	864,67
159	KIT EMBREAGEM	PC	1	4.516,00	4.516,00
160	KIT MOTOR	PC	4	813,67	3.254,68
161	LAMPADA 1034	PC	4	7,67	30,68
162	LAMPADA 1141	PC	4	7,67	30,68
163	LAMPADA 69	PC	4	6,67	26,68
164	LAMPADA H4	PC	4	43,67	174,68
165	LAMPADA H7	PC	4	57,00	228,00
166	LANTERNA TRASEIRA	PC	2	152,00	304,00
167	LUVA DE TRANSMISSAO	PC	2	468,33	936,66
168	MOLA 2ª DIANTEIRA	PC	2	1.540,00	3.080,00
169	MOLA 2ª TRASEIRA	PC	2	1.593,33	3.186,66
170	MOLA 3ª TRASEIRA	PC	2	1.567,33	3.134,66
171	MOLA 4ª TRASEIRA	PC	2	1.567,33	3.134,66
172	MOLA MESTRE DIANTEIRA	PC	2	1.655,33	3.310,66



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



173	PALHETA LIMPADOR	PC	2	141,33	282,66
174	PARABRISA	PC	1	6.587,67	6.587,67
175	PINO EMBUCHAMETO	PC	4	231,00	924,00
176	PONTEIRA TRANSMISSAO	PC	2	439,67	879,34
177	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PC	2	126,33	252,66
178	REPARO CAIXA DE DIREÇÃO	PC	2	521,00	1.042,00
179	RETENTOR DIANTEIRO CAIXA	PC	2	77,33	154,66
180	RETENTOR POLIA	PC	2	95,67	191,34
181	RETENTOR RODA DIANTEIRA	PC	4	98,00	392,00
182	RETENTOR RODA TRASEIRA	PC	4	96,67	386,68
183	RETENTOR TRASEIRO CAIXA	PC	2	84,33	168,66
184	RETENTOR VOLANTE	PC	2	141,33	282,66
185	ROLAMENTO AGULHA	PC	2	172,33	344,66
186	ROLAMENTO CENTRO	PC	2	200,00	400,00
187	ROLAMENTO EIXO PRIMARIO	PC	2	226,00	452,00
188	ROLAMENTO EIXO SECUNDÁRIO	PC	2	271,00	542,00
189	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA EXTERNA	PC	4	308,33	1.233,32
190	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA INTERNA	PC	4	288,00	1.152,00
191	ROLAMENTO RODA TRASEIRA EXTERNO	PC	4	262,33	1.049,32
192	ROLAMENTO RODA TRASEIRA INTERNO	PC	4	308,33	1.233,32
193	ROLETES	PC	4	10,00	40,00
194	SERVO EMBREAGEM	PC	1	1.751,33	1.751,33
195	SILICONE	PC	2	57,00	114,00
196	SINCRONIZADOR	PC	1	1.859,67	1.859,67
197	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	PC	2	1.896,33	3.792,66
198	TAMBOR FREIO TRASEIRO	PC	2	1.827,33	3.654,66
199	TERMINAL DIRECAO	PC	4	277,67	1.110,68
200	VALVULA DESCARGA RAPIDA	PC	2	157,00	314,00
201	VALVULA GOVERNADORA	PC	2	293,33	586,66
202	VALVULA PEDAL	PC	2	891,33	1.782,66
203	VALVULA RELE	PC	2	493,33	986,66
204	VIDRO JANELA LATERAL	PC	2	439,67	879,34
205	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	150	199,67	29.950,50
206	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	80	181,00	14.480,00
				Total do Lote	148.033,44

3 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS TH PLACA RLR9H19 ANO 2020/2021

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
207	AMORTECEDOR DIANTEIRO	PC	4	717,00	2.868,00
208	AMORTECEDOR TRASEIRO	PC	4	646,00	2.584,00
209	ANEL SINCRONIZADOR	PC	2	203,33	406,66
210	BARRA DIRECAO GRANDE	PC	1	1.964,67	1.964,67
211	BARRA DIRECAO PEQUENA	PC	1	1.194,67	1.194,67
212	BATERIA 150AMP	PC	2	1.503,67	3.007,34
213	BOMBA D'AGUA	PC	2	771,33	1.542,66
214	BOMBA ÓLEO	PC	2	1.059,33	2.118,66
215	BRONZE BIELA	PC	4	260,67	1.042,68
216	BRONZE FIXO	PC	4	209,67	838,68



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



217	BUCHA BIELA	PC	4	75,67	302,68
218	BUCHA ESTABILIZADORA DIANTEIRA	PC	4	36,33	145,32
219	BUCHA ESTABILIZADORA TRASEIRA	PC	4	40,00	160,00
220	CATRACA FREIO DIANTEIRO	PC	4	293,33	1.173,32
221	CATRACA FREIO TRASEIRO	PC	4	288,00	1.152,00
222	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM	PC	2	312,00	624,00
223	CRUZETA TRANSMISSAO	PC	4	172,00	688,00
224	CUICA DE FREIO	PC	4	418,33	1.673,32
225	EIXO BENDIX MOTOR DE PARTIDA	PC	1	293,33	293,33
226	EIXO PRIMARIO	PC	1	2.221,00	2.221,00
227	EIXO SECUNDÁRIO	PC	1	2.652,00	2.652,00
228	ESPEHO RETROVISOR	PC	2	325,67	651,34
229	FAROL	PC	2	399,33	798,66
230	FILTRO DE AR PRIMARIO	PC	4	207,00	828,00
231	FILTRO DE COMBUSTIVEL	PC	4	158,33	633,32
232	FILTRO LUBRIFICANTE	PC	4	151,67	606,68
233	FILTRO SEDMENTADOR	PC	4	274,33	1.097,32
234	FUSIVEL	PC	5	5,00	25,00
235	GUARNICAO PARABRISA	PC	2	627,00	1.254,00
236	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	PC	1	513,67	513,67
237	JOGO ARRUELA ENCOSTO	PC	2	100,00	200,00
238	JOGO EMBUCHAMENTO PONTA DE EIXO	PC	2	891,33	1.782,66
239	JOGO ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PC	2	57,00	114,00
240	JOGO JUNTA INFERIOR	PC	2	765,67	1.531,34
241	JOGO LONA DE FREIO DIANTEIRA	PC	4	408,67	1.634,68
242	JOGO LONA DE FREIO TRASEIRA	PC	4	308,33	1.233,32
243	JUNTA DO CABEÇOTE	PC	2	262,33	524,66
244	JUNTA DO COLETOR DE ESCAPE	PC	2	46,67	93,34
245	JUNTA TAMPA DISTRIBUIÇÃO	PC	2	126,33	252,66
246	JUNTA TAMPA VALVULA	PC	2	40,00	80,00
247	JUNTA DO COLETOR DE ADMISSÃO	PC	2	29,33	58,66
248	KIT COMPRESSOR AR	PC	1	864,67	864,67
249	KIT EMBREAGEM	PC	1	4.516,00	4.516,00
250	KIT MOTOR	PC	4	813,67	3.254,68
251	LAMPADA 1034	PC	4	7,67	30,68
252	LAMPADA 1141	PC	4	7,67	30,68
253	LAMPADA 69	PC	4	6,67	26,68
254	LAMPADA H4	PC	4	43,67	174,68
255	LAMPADA H7	PC	4	57,00	228,00
256	LANTERNA TRASEIRA	PC	2	152,00	304,00
257	LUVA DE TRANSMISSAO	PC	2	468,33	936,66
258	MOLA 2ª DIANTEIRA	PC	2	1.540,00	3.080,00
259	MOLA 2ª TRASEIRA	PC	2	1.593,33	3.186,66
260	MOLA 3ª TRASEIRA	PC	2	1.567,33	3.134,66
261	MOLA 4ª TRASEIRA	PC	2	1.567,33	3.134,66
262	MOLA MESTRE DIANTEIRA	PC	2	1.655,33	3.310,66
263	PALHETA LIMPADOR	PC	2	141,33	282,66
264	PARABRISA	PC	1	6.587,67	6.587,67
265	PINO EMBUCHAMETO	PC	4	231,00	924,00
266	PONTEIRA TRANSMISSAO	PC	2	439,67	879,34
267	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PC	2	126,33	252,66



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



268	REPARO CAIXA DE DIREÇÃO	PC	2	521,00	1.042,00
269	RETENTOR DIANTEIRO CAIXA	PC	2	77,33	154,66
270	RETENTOR POLIA	PC	2	95,67	191,34
271	RETENTOR RODA DIANTEIRA	PC	4	98,00	392,00
272	RETENTOR RODA TRASEIRA	PC	4	96,67	386,68
273	RETENTOR TRASEIRO CAIXA	PC	2	84,33	168,66
274	RETENTOR VOLANTE	PC	2	141,33	282,66
275	ROLAMENTO AGULHA	PC	2	172,33	344,66
276	ROLAMENTO CENTRO	PC	2	200,00	400,00
277	ROLAMENTO EIXO PRIMARIO	PC	2	226,00	452,00
278	ROLAMENTO EIXO SECUNDÁRIO	PC	2	271,00	542,00
279	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA EXTERNA	PC	4	308,33	1.233,32
280	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA INTERNA	PC	4	288,00	1.152,00
281	ROLAMENTO RODA TRASEIRA EXTERNO	PC	4	262,33	1.049,32
282	ROLAMENTO RODA TRASEIRA INTERNO	PC	4	308,33	1.233,32
283	ROLETES	PC	4	10,00	40,00
284	SERVO EMBREAGEM	PC	1	1.751,33	1.751,33
285	SILICONE	PC	2	57,00	114,00
286	SINCRONIZADOR	PC	1	1.859,67	1.859,67
287	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	PC	2	1.896,33	3.792,66
288	TAMBOR FREIO TRASEIRO	PC	2	1.827,33	3.654,66
289	TERMINAL DIRECAO	PC	4	277,67	1.110,68
290	VALVULA DESCARGA RAPIDA	PC	2	157,00	314,00
291	VALVULA GOVERNADORA	PC	2	293,33	586,66
292	VALVULA PEDAL	PC	2	891,33	1.782,66
293	VALVULA RELE	PC	2	493,33	986,66
294	VIDRO JANELA LATERAL	PC	2	439,67	879,34
295	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	150	199,67	29.950,50
296	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	80	181,00	14.480,00
				Total do Lote	148.033,44

4 - ONIBUS MERCEDES BENZ OF1519 PLACA QFW3916 ANO 2016/2017

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
297	ABRAÇADEIRA TRASMISSÃO	PC	2	30,33	60,66
298	AMORTECEDOR DIANTEIRO	PC	4	562,33	2.249,32
299	AMORTECEDOR TRASEIRO	PC	4	528,33	2.113,32
300	ANTICHAMAS	PC	1	232,33	232,33
301	ARANHA RODA TRASEIRA	PC	4	26,67	106,68
302	ARRUELA PINO DIANT.	PC	2	20,00	40,00
303	BANDEJA LE E LD	PC	2	485,33	970,66
304	BARRA CURTA DE DIREÇÃO	PC	1	1.712,00	1.712,00
305	BARRA DE DIREÇÃO LONGA	PC	1	1.806,33	1.806,33
306	BATEDOR INFERIOR	PC	2	162,33	324,66
307	BATEDOR SUPERIOR	PC	2	166,67	333,34
308	BATENTE AMORTECEDOR TRASEIRO	PC	2	168,67	337,34
309	BATENTE FEIXE DE MOLAS TRAS	PC	2	173,67	347,34
310	BATERIA 150 AMP.	PC	2	1.503,67	3.007,34
311	BIELETA	PC	2	123,00	246,00



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



312	BOBINA	PC	2	300,67	601,34
313	BOIA TANQUE COMBUSTÍVEL	PC	1	303,67	303,67
314	BOMBA D'ÁGUA MOTOR	PC	1	593,33	593,33
315	BOMBA DE COMBUSTÍVEL	PC	1	989,67	989,67
316	BOMBA ÓLEO LUBRIFICANTE	PC	1	908,33	908,33
317	BRONZE BIELA DO MOTOR	PC	2	701,00	1.402,00
318	BRONZE FIXO DO MOTOR	PC	2	1.359,00	2.718,00
319	BUCHA DA BANDEJA DIANT.	PC	4	42,33	169,32
320	BUCHA DA BANDEJA TRAS.	PC	4	50,00	200,00
321	BUCHA DE BIELA	PC	4	56,67	226,68
322	BUCHA ESTABILIZADOR DIANT.	PC	4	45,67	182,68
323	BUCHA ESTABILIZADOR TRAS INFERIOR	PC	4	39,67	158,68
324	BUCHA ESTABILIZADOR TRAS MEIO	PC	4	44,33	177,32
325	BUCHA ESTABILIZADOR TRAS SUPERIOR	PC	4	44,33	177,32
326	BUCHA MOLA DIANT.	PC	4	93,00	372,00
327	BUCHA MOLA TRASEIRA	PC	4	92,33	369,32
328	BUZINA	PC	2	95,00	190,00
329	CABO DE EMBREAGEM	PC	2	328,33	656,66
330	CABO DO ACELERADOR	PC	2	500,67	1.001,34
331	CABO FREIO DE MÃO	PC	1	417,33	417,33
332	CABO SELETOR	PC	1	910,00	910,00
333	CAMISA MOTOR	PC	4	329,00	1.316,00
334	CATRACA FREIO DIANT.	PC	2	502,67	1.005,34
335	CATRACA FREIO TRAS	PC	2	466,00	932,00
336	CHAVE DE SETA	PC	1	482,33	482,33
337	CILINDRO AUXILIAR EMBREAGEM	PC	2	339,33	678,66
338	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM	PC	1	552,33	552,33
339	CILINDRO RODA	PC	2	179,00	358,00
340	COLA PARA PARABRISA	PC	2	98,33	196,66
341	CORREIA DO ALTERNADOR	PC	2	107,33	214,66
342	CORREIA HIDRAULICA	PC	2	118,33	236,66
343	COXIM CAIXA DE MACHA	PC	2	385,00	770,00
344	COXIM DO AMORTECEDOR DIANT.	PC	2	146,00	292,00
345	COXIM DO MOTOR L/D	PC	2	375,67	751,34
346	COXIM ESCAPAMENTO TRASEIRO	PC	2	29,67	59,34
347	COXIM MOTOR L/E	PC	2	350,67	701,34
348	CRUZETA TRANSMISSÃO	PC	2	483,00	966,00
349	CUICA DE FREIO	PC	4	489,00	1.956,00
350	DIAFRAGMA DIANT.	PC	2	30,33	60,66
351	DISCO FREIO DIANTEIRO	PC	4	463,00	1.852,00
352	DISCO FREIO TRASEIRO	PC	4	481,33	1.925,32
353	EMBRAGE VISCOSA	PC	1	938,33	938,33
354	ESTICADOR DA CORREIA	PC	1	432,33	432,33
355	FAROL LD	PC	1	286,00	286,00
356	FAROL LE	PC	1	282,33	282,33
357	FILTRO AR PRIMARIO	PC	4	254,67	1.018,68
358	FILTRO AR SECUNDARIO	PC	4	177,33	709,32
359	FILTRO LUBRIFICANTE	PC	4	156,33	625,32
360	FILTRO COMBUSTIVEL	PC	4	187,67	750,68
361	FILTRO SEDMENTADOR	PC	4	228,67	914,68
362	FILTRO APU	PC	4	187,67	750,68



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



363	FREZADO DA TRASNMISAO	PC	1	973,67	973,67
364	FUSÍVEL	PC	5	3,00	15,00
365	IMPULSOR P/ MOTOR PARTIDA	PC	1	305,00	305,00
366	INDUZIDO	PC	1	697,00	697,00
367	INTERRUPTOR DE FREIO	PC	1	90,67	90,67
368	JOGO ANEIS DE SEGMENTO	PC	1	923,67	923,67
369	JOGO EMBUCH. MANGA EIXO DIANT.	PC	2	983,67	1.967,34
370	JOGO ESCOVA MOTOR PARTIDA	PC	2	49,33	98,66
371	JOGO JUNTA DO MOTOR COMP.	PC	1	2.248,67	2.248,67
372	JOGO LONA FREIO DIANTEIRO	PC	4	407,67	1.630,68
373	JOGO LONA FREIO TRASEIRO	PC	4	379,67	1.518,68
374	JOGO MOLA SAPATA FREIO	PC	2	182,00	364,00
375	JOGO REPARO PINÇA FREIO	PC	2	214,33	428,66
376	JOGO SAPATA FREIO MÃO	PC	2	259,00	518,00
377	JUMELO DIANT. MOLA SUSPENSÃO	PC	2	369,33	738,66
378	JUNTA CABEÇOTE	PC	1	966,00	966,00
379	JUNTA CARTER	PC	1	259,67	259,67
380	KIT DE EMBREAGEM	PC	1	4.019,33	4.019,33
381	LAMPADA 1034 24V	PC	5	8,33	41,65
382	LÂMPADA 1141 24V	PC	5	8,33	41,65
383	LÂMPADA 67	PC	5	7,00	35,00
384	LÂMPADA 69 24 V	PC	5	7,00	35,00
385	LÂMPADA FAROL	PC	5	42,67	213,35
386	LANTERNA LATERAL	PC	2	79,00	158,00
387	LANTERNA TRASEIRA	PC	2	163,00	326,00
388	MANGOTE DE ÁGUA	PC	2	173,67	347,34
389	MANGOTE INFERIOR DO RAD.	PC	2	192,00	384,00
390	MANGOTE SUPERIOR DO RAD.	PC	2	193,00	386,00
391	MANGUEIRA DA CUICA	PC	2	87,00	174,00
392	MANGUEIRA FREIO DIANT.	PC	2	86,67	173,34
393	MANGUEIRA FREIO TRASEIRO	PC	2	82,33	164,66
394	MANGUEIRA INTERCOLER	PC	2	244,33	488,66
395	MOLA DA CUICA FREIO	PC	3	207,33	621,99
396	MOLA 1ª DIANTEIRA PARABOLICA	PC	2	1.402,67	2.805,34
397	MOLA 1ª DIANTEIRA RETA	PC	2	1.330,00	2.660,00
398	MOLA 1ª DIANTEIRA VIRADA	PC	2	1.330,00	2.660,00
399	MOLA 2ª DIANTEIRA	PC	2	1.299,67	2.599,34
400	MOLA 3ª DIANTEIRA	PC	2	1.299,67	2.599,34
401	MOLA 1ª TRASEIRA PARABOLICA	PC	2	1.402,67	2.805,34
402	MOLA 1ª TRASEIRA VIRADA	PC	2	1.330,00	2.660,00
403	MOLA 2ª TRASEIRA	PC	2	1.330,00	2.660,00
404	MOLA 3ª TRASEIRA	PC	2	1.299,67	2.599,34
405	PALHETA LIMPADOR	PC	2	161,67	323,34
406	PARAFUSO RODA	PC	4	95,67	382,68
407	PARAFUSO CENTRO	PC	2	93,00	186,00
408	PINO MOLA DIANT. SUSPENSÃO	PC	2	84,33	168,66
409	PINO MOLA TRAS.	PC	2	65,00	130,00
410	PISTÃO MOTOR	PC	2	1.034,33	2.068,66
411	PIVO	PC	2	208,67	417,34
412	POLIA DO ALTERNADOR	PC	2	553,00	1.106,00
413	PONTEIRA TRANSMISSÃO	PC	1	699,33	699,33



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



414	PORTA ESCOVA	PC	4	131,67	526,68
415	REGULADOR DE VOLTAGEM	PC	1	303,67	303,67
416	RELE ALTERNADOR	PC	2	46,33	92,66
417	RELE AUXILIAR	PC	2	45,67	91,34
418	RELE DE BUZINA	PC	2	49,33	98,66
419	RELE DE PISCA	PC	2	50,67	101,34
420	REPARO CENTRAL DA CUICA	PC	2	155,67	311,34
421	RESERVATÓRIO D'ÁGUA	PC	1	740,00	740,00
422	RETENTOR DA POLIA	PC	2	153,33	306,66
423	RETENTOR DO VIRABREQUIM	PC	2	163,33	326,66
424	RETENTOR DO VOLANTE	PC	2	293,67	587,34
425	RETENTOR HASTE VÁLVULA	PC	4	49,33	197,32
426	RETENTOR PINHÃO	PC	2	295,00	590,00
427	RETENTOR RODA DIANT.	PC	4	66,67	266,68
428	RETENTOR RODA TRAS	PC	4	87,33	349,32
429	RETROVISOR	PC	2	311,00	622,00
430	ROLAMENTO CAIXA DE MACHA	PC	2	333,67	667,34
431	ROLAMENTO CENTRO	PC	2	279,33	558,66
432	ROLAMENTO DE EMBREAGEM	PC	1	1.009,00	1.009,00
433	ROLAMENTO DO VOLANTE	PC	2	314,00	628,00
434	ROLAMENTO RODA DIANT EXT	PC	2	310,33	620,66
435	ROLAMENTO RODA DIANT INT	PC	2	299,67	599,34
436	ROLAMENTO RODA TRAS EXT.	PC	2	400,67	801,34
437	ROLAMENTO RODA TRAS INT.	PC	2	406,33	812,66
438	SENSOR DE VELOCIDADE	PC	1	625,33	625,33
439	SENSOR NÍVEL DE COMBUSTÍVEL	PC	2	309,33	618,66
440	SENSOR TEMPERATURA	PC	2	171,67	343,34
441	SIRENE DE RÉ	PC	2	51,67	103,34
442	SOQUETE FAROL	PC	2	41,33	82,66
443	SOQUETE PISCA	PC	2	26,33	52,66
444	TERMINAL DE DIREÇÃO LD	PC	2	213,67	427,34
445	TERMINAL DE DIREÇÃO LE	PC	2	199,00	398,00
446	TRIZETA	PC	2	275,33	550,66
447	VÁLVULA ADMISSÃO DO MOTOR	PC	2	87,33	174,66
448	VÁLVULA DE PEDAL	PC	1	879,67	879,67
449	VÁLVULA ESCAPE DO MOTOR	PC	2	86,00	172,00
450	VÁLVULA TERMOSTÁTICA	PC	2	315,67	631,34
451	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	150	199,67	29.950,50
452	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	80	181,00	14.480,00
				Total do Lote	160.210,84

5 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS 15,190 PLACA RLZ3C94 ANO 2022

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
453	AMORTECEDOR DIANTEIRO	PC	4	717,00	2.868,00
454	AMORTECEDOR TRASEIRO	PC	4	646,00	2.584,00
455	ANEL SINCRONIZADOR	PC	2	203,33	406,66
456	BARRA DIRECAO GRANDE	PC	1	1.964,67	1.964,67
457	BARRA DIRECAO PEQUENA	PC	1	1.194,67	1.194,67



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



458	BATERIA 150AMP	PC	2	1.503,67	3.007,34
459	BOMBA D'AGUA	PC	2	771,33	1.542,66
460	BOMBA ÓLEO	PC	2	1.059,33	2.118,66
461	BRONZE BIELA	PC	4	260,67	1.042,68
462	BRONZE FIXO	PC	4	209,67	838,68
463	BUCHA BIELA	PC	4	75,67	302,68
464	BUCHA ESTABILIZADORA DIANTEIRA	PC	4	36,33	145,32
465	BUCHA ESTABILIZADORA TRASEIRA	PC	4	40,00	160,00
466	CATRACA FREIO DIANTEIRO	PC	4	293,33	1.173,32
467	CATRACA FREIO TRASEIRO	PC	4	288,00	1.152,00
468	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM	PC	2	312,00	624,00
469	CRUZETA TRANSMISSAO	PC	4	172,00	688,00
470	CUICA DE FREIO	PC	4	418,33	1.673,32
471	EIXO BENDIX MOTOR DE PARTIDA	PC	1	293,33	293,33
472	EIXO PRIMARIO	PC	1	2.221,00	2.221,00
473	EIXO SECUNDÁRIO	PC	1	2.652,00	2.652,00
474	ESPEHO RETROVISOR	PC	2	325,67	651,34
475	FAROL	PC	2	399,33	798,66
476	FILTRO DE AR PRIMARIO	PC	4	207,00	828,00
477	FILTRO DE COMBUSTIVEL	PC	4	158,33	633,32
478	FILTRO LUBRIFICANTE	PC	4	151,67	606,68
479	FILTRO SEDMENTADOR	PC	4	274,33	1.097,32
480	FUSIVEL	PC	5	5,00	25,00
481	GUARNICAO PARABRISA	PC	2	627,00	1.254,00
482	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	PC	1	513,67	513,67
483	JOGO ARRUELA ENCOSTO	PC	2	100,00	200,00
484	JOGO EMBUCHAMENTO PONTA DE EIXO	PC	2	891,33	1.782,66
485	JOGO ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PC	2	57,00	114,00
486	JOGO JUNTA INFERIOR	PC	2	765,67	1.531,34
487	JOGO LONA DE FREIO DIANTEIRA	PC	4	408,67	1.634,68
488	JOGO LONA DE FREIO TRASEIRA	PC	4	308,33	1.233,32
489	JUNTA DO CABEÇOTE	PC	2	262,33	524,66
490	JUNTA DO COLETOR DE ESCAPE	PC	2	46,67	93,34
491	JUNTA TAMPA DISTRIBUIÇÃO	PC	2	126,33	252,66
492	JUNTA TAMPA VALVULA	PC	2	40,00	80,00
493	JUNTA DO COLETOR DE ADMISSÃO	PC	2	29,33	58,66
494	KIT COMPRESSOR AR	PC	1	864,67	864,67
495	KIT EMBREAGEM	PC	1	4.516,00	4.516,00
496	KIT MOTOR	PC	4	813,67	3.254,68
497	LAMPADA 1034	PC	4	7,67	30,68
498	LAMPADA 1141	PC	4	7,67	30,68
499	LAMPADA 69	PC	4	6,67	26,68
500	LAMPADA H4	PC	4	43,67	174,68
501	LAMPADA H7	PC	4	50,33	201,32
502	LANTERNA TRASEIRA	PC	2	152,00	304,00
503	LUVA DE TRANSMISSAO	PC	2	468,33	936,66
504	MOLA 2ª DIANTEIRA	PC	2	1.540,00	3.080,00
505	MOLA 2ª TRASEIRA	PC	2	1.593,33	3.186,66
506	MOLA 3ª TRASEIRA	PC	2	1.567,33	3.134,66
507	MOLA 4ª TRASEIRA	PC	2	1.567,33	3.134,66
508	MOLA MESTRE DIANTEIRA	PC	2	1.655,33	3.310,66



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



509	PALHETA LIMPADOR	PC	2	141,33	282,66
510	PARABRISA	PC	1	6.587,67	6.587,67
511	PINO EMBUCHAMETO	PC	4	231,00	924,00
512	PONTEIRA TRANSMISSAO	PC	2	439,67	879,34
513	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PC	2	126,33	252,66
514	REPARO CAIXA DE DIREÇÃO	PC	2	521,00	1.042,00
515	RETENTOR DIANTEIRO CAIXA	PC	2	77,33	154,66
516	RETENTOR POLIA	PC	2	95,67	191,34
517	RETENTOR RODA DIANTEIRA	PC	4	98,00	392,00
518	RETENTOR RODA TRASEIRA	PC	4	96,67	386,68
519	RETENTOR TRASEIRO CAIXA	PC	2	84,33	168,66
520	RETENTOR VOLANTE	PC	2	141,33	282,66
521	ROLAMENTO AGULHA	PC	2	172,33	344,66
522	ROLAMENTO CENTRO	PC	2	200,00	400,00
523	ROLAMENTO EIXO PRIMARIO	PC	2	226,00	452,00
524	ROLAMENTO EIXO SECUNDÁRIO	PC	2	271,00	542,00
525	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA EXTERNA	PC	4	308,33	1.233,32
526	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA INTERNA	PC	4	288,00	1.152,00
527	ROLAMENTO RODA TRASEIRA EXTERNO	PC	4	262,33	1.049,32
528	ROLAMENTO RODA TRASEIRA INTERNO	PC	4	308,33	1.233,32
529	ROLETES	PC	4	10,00	40,00
530	SERVO EMBREAGEM	PC	1	1.751,33	1.751,33
531	SILICONE	PC	2	57,00	114,00
532	SINCRONIZADOR	PC	1	1.859,67	1.859,67
533	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	PC	2	1.896,33	3.792,66
534	TAMBOR FREIO TRASEIRO	PC	2	1.827,33	3.654,66
535	TERMINAL DIRECAO	PC	4	277,67	1.110,68
536	VALVULA DESCARGA RAPIDA	PC	2	157,00	314,00
537	VALVULA GOVERNADORA	PC	2	293,33	586,66
538	VALVULA PEDAL	PC	2	891,33	1.782,66
539	VALVULA RELE	PC	2	493,33	986,66
540	VIDRO JANELA LATERAL	PC	2	439,67	879,34
541	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	150	199,67	29.950,50
542	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS	SERVIÇO	80	181,00	14.480,00
				Total do Lote	148.006,76
				TOTAL	754.339,86

Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO

1 - ONIBUS IVECO 10,190E PLACA RLX4J50 ANO 2020/2021	
	Total do Lote 150.055,38

2 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS TH PLACA RLY0D10 ANO 2020/2021	
	Total do Lote 148.033,44

3 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS TH PLACA RLR9H19 ANO 2020/2021	
---	--



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



	Total do Lote	148.033,44
4 - ONIBUS MERCEDES BENZ OF1519 PLACA QFW3916 ANO 2016/2017		
	Total do Lote	160.210,84
5 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS 15,190 PLACA RLZ3C94 ANO 2022		
	Total do Lote	148.006,76
	TOTAL	754.339,86

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.
- 4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.
- 4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.
- 4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

- 5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

- 5.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.
- 5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

- 6.2.1.Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



6.2.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.2.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.2.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

9.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

9.2. A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

9.3. Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos lotes registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

10.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



– impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

ZILSON ROMÃO VASCONCELOS
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB.

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO – PB, PARTE III.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

1 - ONIBUS IVECO 10,190E PLACA RLX4J50 ANO 2020/2021

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	ALTERNADOR		PÇ	1		
2	AMORTECEDOR DIANTEIRO		PÇ	4		
3	AMORTECEDOR TRASEIRO		PÇ	4		
4	ATUADOR DA EMBREAGEM		PÇ	1		
5	BATENTE AMORTECEDOR TRASEIRO		PÇ	4		
6	BATERIA 100 AMP		PÇ	2		
7	BIELA		PÇ	2		
8	BOBINA		PÇ	1		
9	BOMBA D'ÁGUA		PÇ	1		
10	BOMBA DE COMBUSTÍVEL		PÇ	1		
11	BOMBA DE ÓLEO LUBRIFICANTE		PÇ	1		
12	BORRACHA PORTAS DIANT. E TRAS.		PÇ	2		
13	BOTÃO VIDRO ELETRICO LD E LE		PÇ	1		
14	BRAÇO DO LIMPADOR		PÇ	2		
15	BRONZE BIELA MOTOR		PÇ	4		
16	BRONZE FIXO MOTOR		PÇ	4		
17	BUCHA EIXO TRASEIRO		PÇ	4		
18	BUCHA ESTABILIZADA DIANT.		PÇ	4		
19	BUCHA ESTABILIZADOR TRAS.		PÇ	4		
20	BUCHA FEIXE DE MOLAS TRAS.		PÇ	4		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



21	BUCHA FEIXE DE MOLAS TRAS. PEQ.		PÇ	4		
22	BUZINA		PÇ	1		
23	CABO DE EMBREAGEM		PÇ	1		
24	CABO DO ACELERADOR		PÇ	1		
25	CABO FREIO DE MÃO		PÇ	1		
26	CAMISA C/ CILINDRO MOTOR		PÇ	4		
27	CHAVE DE SETA		PÇ	1		
28	CILINDRO AUXILIAR EMBREAGEM		PÇ	1		
29	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM		PÇ	1		
30	CILINDRO RODA TRASEIRA		PÇ	2		
31	COLA PARA PARABRISA		PÇ	2		
32	COLAR DE EMBREAGEM		PÇ	1		
33	CORREIA DENTADA		PÇ	4		
34	CORREIA DO ALTERNADOR		PÇ	4		
35	CORREIA HIDRAULICA		PÇ	2		
36	COXIM AMORTECEDOR TRAS.		PÇ	4		
37	COXIM CAMBIO		PÇ	2		
38	COXIM DO AMORTECEDOR		PÇ	2		
39	COXIM DO MOTOR CENTRAL		PÇ	2		
40	COXIM DO MOTOR LE. E LD.		PÇ	2		
41	CRUZETA COLUNA DIREÇÃO		PÇ	4		
42	DISCO DE EMBREAGEM		PÇ	1		
43	DISCO DE FREIO DIANTEIRO		PÇ	4		
44	DISCO DE FREIO TRAS.		PÇ	4		
45	ESPELHO RETROVISOR		PÇ	2		
46	FAROL LD		PÇ	2		
47	FAROL LE		PÇ	2		
48	FUSÍVEL		PÇ	5		
49	IMPULSOR P/ MOTOR PARTIDA		PÇ	1		
50	INDUZIDO P/ MOTOR DE PARTIDA		PÇ	1		
51	INTERRUPTOR DE FREIO		PÇ	1		
52	INTERRUPTOR DE PRESSÃO DO ÓLEO		PÇ	1		
53	JOGO JUNTA DO MOTOR		PÇ	1		
54	JOGO LONA FREIO TRASEIRO		PÇ	4		
55	JOGO SAPATA FREIO		PÇ	4		
56	JUNTA COLETOR ADMISSÃO		PÇ	2		
57	JUNTA DO CABEÇOTE		PÇ	2		
58	JUNTA DO CARTER		PÇ	1		
59	JUNTA TAMPA DE VÁLVULA		PÇ	2		
60	LAMPADA 1034		PÇ	4		
61	LAMPADA 1141		PÇ	4		
62	LAMPADA 67 12V		PÇ	4		
63	LAMPADA 69 12V		PÇ	4		
64	LAMPADA H4 12V		PÇ	4		
65	LAMPADA H7 12V		PÇ	4		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



66	LANTERNA TRASEIRA		PÇ	2		
67	MANGOTE DA BOMBA D'ÁGUA		PÇ	1		
68	MANGOTE DO RADIADOR		PÇ	1		
69	MANGOTE DO RESERVATÓRIO		PÇ	1		
70	MANGOTE INFERIOR DO RAD.		PÇ	2		
71	MANGOTE SUPERIOR DO RAD.		PÇ	2		
72	MANGUEIRA DA TURBINA		PÇ	1		
73	MANGUEIRA DO INTERCULER		PÇ	1		
74	MANGUEIRA FREIO DIANT. LD		PÇ	2		
75	MANGUEIRA FREIO DIANT. LE		PÇ	2		
76	MANGUEIRA MOL TUBO DE LIGA RESERV.		PÇ	1		
77	MOTOR DA VENTURINHA		PÇ	1		
78	MOTOR DE PARTIDA		PÇ	1		
79	PALHETA LIMPADOR		PÇ	2		
80	PARABRISA		PÇ	1		
81	PARAFUSO DE RODA		PÇ	4		
82	PISTÃO C/ ANEL MOTOR		PÇ	4		
83	PIVO		PÇ	4		
84	POLIA DO AR CONDICIONADO		PÇ	1		
85	POLIA DO TENSOR		PÇ	1		
86	REGULADOR DE VOLTAGEM		PÇ	1		
87	RELE AUXILIAR		PÇ	2		
88	RELE DE BUZINA		PÇ	2		
89	RELE DE PISCA		PÇ	2		
90	RELE DE RÉ		PÇ	1		
91	REPARO PINÇA FREIO DIANT. C/ PISTÃO		PÇ	2		
92	REPARO PINÇA FREIO TRAS. C/ PISTÃO		PÇ	2		
93	RESERVATÓRIO DE ÁGUA		PÇ	1		
94	RETENTOR DA RODA		PÇ	4		
95	RETENTOR DE VÁLVULA		PÇ	4		
96	RETENTOR DO VOLANTE		PÇ	2		
97	RETROVISOR		PÇ	2		
98	ROLAMENTO DE RODA DIANT.		PÇ	4		
99	ROLAMENTO DE RODA TRAS.		PÇ	4		
100	ROLAMENTO DO COMPRESOR		PÇ	4		
101	ROLAMENTO DO TENSOR CORREIA DENTADA		PÇ	4		
102	ROTOR		PÇ	1		
103	SAPATA DE FREIO		PÇ	4		
104	SENSOR DE TEMPERATURA		PÇ	2		
105	SENSOR DE VELOCIDADE		PÇ	2		
106	SERVO DE EMBREAGEM		PÇ	2		
107	SOQUETE PISCA		PÇ	2		
108	TAMBOR DE FREIO		PÇ	2		
109	TENSOR		PÇ	1		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



110	TERMINAL DE DIREÇÃO		PÇ	4	
111	TRIZETA		PÇ	2	
112	VÁLVULA ADMISSÃO DO MOTOR		PÇ	4	
113	VÁLVULA ESCAPE DO MOTOR		PÇ	4	
114	VÁLVULA PEDAL FREIO		PÇ	1	
115	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS		SERVIÇO	150	
116	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS		SERVIÇO	80	

2 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS TH PLACA RLY0D10 ANO 2020/2021

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
117	AMORTECEDOR DIANTEIRO		PÇ	4		
118	AMORTECEDOR TRASEIRO		PÇ	4		
119	ANEL SINCRONIZADOR		PÇ	2		
120	BARRA DIRECAO GRANDE		PÇ	1		
121	BARRA DIRECAO PEQUENA		PÇ	1		
122	BATERIA 150AMP		PÇ	2		
123	BOMBA D'AGUA		PÇ	2		
124	BOMBA ÓLEO		PÇ	2		
125	BRONZE BIELA		PÇ	4		
126	BRONZE FIXO		PÇ	4		
127	BUCHA BIELA		PÇ	4		
128	BUCHA ESTABILIZADORA DIANTEIRA		PÇ	4		
129	BUCHA ESTABILIZADORA TRASEIRA		PÇ	4		
130	CATRACA FREIO DIANTEIRO		PÇ	4		
131	CATRACA FREIO TRASEIRO		PÇ	4		
132	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM		PÇ	2		
133	CRUZETA TRANSMISSAO		PÇ	4		
134	CUICA DE FREIO		PÇ	4		
135	EIXO BENDIX MOTOR DE PARTIDA		PÇ	1		
136	EIXO PRIMARIO		PÇ	1		
137	EIXO SECUNDÁRIO		PÇ	1		
138	ESPEHO RETROVISOR		PÇ	2		
139	FAROL		PÇ	2		
140	FILTRO DE AR PRIMARIO		PÇ	4		
141	FILTRO DE COMBUSTIVEL		PÇ	4		
142	FILTRO LUBRIFICANTE		PÇ	4		
143	FILTRO SEDMENTADOR		PÇ	4		
144	FUSIVEL		PÇ	5		
145	GUARNICAO PARABRISA		PÇ	2		
146	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA		PÇ	1		
147	JOGO ARRUELA ENCOSTO		PÇ	2		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



148	JOGO EMBUCHAMENTO PONTA DE EIXO	PÇ	2		
149	JOGO ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PÇ	2		
150	JOGO JUNTA INFERIOR	PÇ	2		
151	JOGO LONA DE FREIO DIANTEIRA	PÇ	4		
152	JOGO LONA DE FREIO TRASEIRA	PÇ	4		
153	JUNTA DO CABEÇOTE	PÇ	2		
154	JUNTA DO COLETOR DE ESCAPE	PÇ	2		
155	JUNTA TAMPA DISTRIBUIÇÃO	PÇ	2		
156	JUNTA TAMPA VALVULA	PÇ	2		
157	JUNTA DO COLETOR DE ADMISSÃO	PÇ	2		
158	KIT COMPRESSOR AR	PÇ	1		
159	KIT EMBREAGEM	PÇ	1		
160	KIT MOTOR	PÇ	4		
161	LAMPADA 1034	PÇ	4		
162	LAMPADA 1141	PÇ	4		
163	LAMPADA 69	PÇ	4		
164	LAMPADA H4	PÇ	4		
165	LAMPADA H7	PÇ	4		
166	LANTERNA TRASEIRA	PÇ	2		
167	LUVA DE TRANSMISSAO	PÇ	2		
168	MOLA 2ª DIANTEIRA	PÇ	2		
169	MOLA 2ª TRASEIRA	PÇ	2		
170	MOLA 3ª TRASEIRA	PÇ	2		
171	MOLA 4ª TRASEIRA	PÇ	2		
172	MOLA MESTRE DIANTEIRA	PÇ	2		
173	PALHETA LIMPADOR	PÇ	2		
174	PARABRISA	PÇ	1		
175	PINO EMBUCHAMETO	PÇ	4		
176	PONTEIRA TRANSMISSAO	PÇ	2		
177	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PÇ	2		
178	REPARO CAIXA DE DIREÇÃO	PÇ	2		
179	RETENTOR DIANTEIRO CAIXA	PÇ	2		
180	RETENTOR POLIA	PÇ	2		
181	RETENTOR RODA DIANTEIRA	PÇ	4		
182	RETENTOR RODA TRASEIRA	PÇ	4		
183	RETENTOR TRASEIRO CAIXA	PÇ	2		
184	RETENTOR VOLANTE	PÇ	2		
185	ROLAMENTO AGULHA	PÇ	2		
186	ROLAMENTO CENTRO	PÇ	2		
187	ROLAMENTO EIXO PRIMARIO	PÇ	2		
188	ROLAMENTO EIXO SECUNDÁRIO	PÇ	2		
189	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA EXTERNA	PÇ	4		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



190	ROLAMENTO DIANTEIRA INTERNA	RODA		PÇ	4		
191	ROLAMENTO TRASEIRA EXTERNO	RODA		PÇ	4		
192	ROLAMENTO TRASEIRA INTERNO	RODA		PÇ	4		
193	ROLETES			PÇ	4		
194	SERVO EMBREAGEM			PÇ	1		
195	SILICONE			PÇ	2		
196	SINCRONIZADOR			PÇ	1		
197	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO			PÇ	2		
198	TAMBOR FREIO TRASEIRO			PÇ	2		
199	TERMINAL DIRECAO			PÇ	4		
200	VALVULA DESCARGA RAPIDA			PÇ	2		
201	VALVULA GOVERNADORA			PÇ	2		
202	VALVULA PEDAL			PÇ	2		
203	VALVULA RELE			PÇ	2		
204	VIDRO JANELA LATERAL			PÇ	2		
205	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS			SERVIÇO	150		
206	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS			SERVIÇO	80		

3 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS TH PLACA RLR9H19 ANO 2020/2021

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
207	AMORTECEDOR DIANTEIRO		PÇ	4		
208	AMORTECEDOR TRASEIRO		PÇ	4		
209	ANEL SINCRONIZADOR		PÇ	2		
210	BARRA DIRECAO GRANDE		PÇ	1		
211	BARRA DIRECAO PEQUENA		PÇ	1		
212	BATERIA 150AMP		PÇ	2		
213	BOMBA D'AGUA		PÇ	2		
214	BOMBA ÓLEO		PÇ	2		
215	BRONZE BIELA		PÇ	4		
216	BRONZE FIXO		PÇ	4		
217	BUCHA BIELA		PÇ	4		
218	BUCHA ESTABILIZADORA DIANTEIRA		PÇ	4		
219	BUCHA ESTABILIZADORA TRASEIRA		PÇ	4		
220	CATRACA FREIO DIANTEIRO		PÇ	4		
221	CATRACA FREIO TRASEIRO		PÇ	4		
222	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM		PÇ	2		
223	CRUZETA TRANSMISSAO		PÇ	4		
224	CUICA DE FREIO		PÇ	4		
225	EIXO BENDIX MOTOR DE PARTIDA		PÇ	1		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



226	EIXO PRIMARIO		PÇ	1		
227	EIXO SECUNDÁRIO		PÇ	1		
228	ESPEHO RETROVISOR		PÇ	2		
229	FAROL		PÇ	2		
230	FILTRO DE AR PRIMARIO		PÇ	4		
231	FILTRO DE COMBUSTIVEL		PÇ	4		
232	FILTRO LUBRIFICANTE		PÇ	4		
233	FILTRO SEDIMENTADOR		PÇ	4		
234	FUSIVEL		PÇ	5		
235	GUARNICAO PARABRISA		PÇ	2		
236	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA		PÇ	1		
237	JOGO ARRUELA ENCOSTO		PÇ	2		
238	JOGO EMBUCHAMENTO PONTA DE EIXO		PÇ	2		
239	JOGO ESCOVA MOTOR DE PARTIDA		PÇ	2		
240	JOGO JUNTA INFERIOR		PÇ	2		
241	JOGO LONA DE FREIO DIANTEIRA		PÇ	4		
242	JOGO LONA DE FREIO TRASEIRA		PÇ	4		
243	JUNTA DO CABEÇOTE		PÇ	2		
244	JUNTA DO COLETOR DE ESCAPE		PÇ	2		
245	JUNTA TAMPA DISTRIBUIÇÃO		PÇ	2		
246	JUNTA TAMPA VALVULA		PÇ	2		
247	JUNTA DO COLETOR DE ADMISSÃO		PÇ	2		
248	KIT COMPRESSOR AR		PÇ	1		
249	KIT EMBREAGEM		PÇ	1		
250	KIT MOTOR		PÇ	4		
251	LAMPADA 1034		PÇ	4		
252	LAMPADA 1141		PÇ	4		
253	LAMPADA 69		PÇ	4		
254	LAMPADA H4		PÇ	4		
255	LAMPADA H7		PÇ	4		
256	LANTERNA TRASEIRA		PÇ	2		
257	LUVA DE TRANSMISSAO		PÇ	2		
258	MOLA 2ª DIANTEIRA		PÇ	2		
259	MOLA 2ª TRASEIRA		PÇ	2		
260	MOLA 3ª TRASEIRA		PÇ	2		
261	MOLA 4ª TRASEIRA		PÇ	2		
262	MOLA MESTRE DIANTEIRA		PÇ	2		
263	PALHETA LIMPADOR		PÇ	2		
264	PARABRISA		PÇ	1		
265	PINO EMBUCHAMETO		PÇ	4		
266	PONTEIRA TRANSMISSAO		PÇ	2		
267	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA		PÇ	2		
268	REPARO CAIXA DE DIREÇÃO		PÇ	2		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



269	RETENTOR DIANTEIRO CAIXA		PÇ	2	
270	RETENTOR POLIA		PÇ	2	
271	RETENTOR RODA DIANTEIRA		PÇ	4	
272	RETENTOR RODA TRASEIRA		PÇ	4	
273	RETENTOR TRASEIRO CAIXA		PÇ	2	
274	RETENTOR VOLANTE		PÇ	2	
275	ROLAMENTO AGULHA		PÇ	2	
276	ROLAMENTO CENTRO		PÇ	2	
277	ROLAMENTO EIXO PRIMARIO		PÇ	2	
278	ROLAMENTO EIXO SECUNDÁRIO		PÇ	2	
279	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA EXTERNA		PÇ	4	
280	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA INTERNA		PÇ	4	
281	ROLAMENTO RODA TRASEIRA EXTERNO		PÇ	4	
282	ROLAMENTO RODA TRASEIRA INTERNO		PÇ	4	
283	ROLETES		PÇ	4	
284	SERVO EMBREAGEM		PÇ	1	
285	SILICONE		PÇ	2	
286	SINCRONIZADOR		PÇ	1	
287	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO		PÇ	2	
288	TAMBOR FREIO TRASEIRO		PÇ	2	
289	TERMINAL DIRECAO		PÇ	4	
290	VALVULA DESCARGA RAPIDA		PÇ	2	
291	VALVULA GOVERNADORA		PÇ	2	
292	VALVULA PEDAL		PÇ	2	
293	VALVULA RELE		PÇ	2	
294	VIDRO JANELA LATERAL		PÇ	2	
295	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS		SERVIÇO	150	
296	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS		SERVIÇO	80	

4 - ONIBUS MERCEDES BENZ OF1519 PLACA QFW3916 ANO 2016/2017

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
297	ABRAÇADEIRA TRASMISSÃO		PÇ	2		
298	AMORTECEDOR DIANTEIRO		PÇ	4		
299	AMORTECEDOR TRASEIRO		PÇ	4		
300	ANTICHAMAS		PÇ	1		
301	ARANHA RODA TRASEIRA		PÇ	4		
302	ARRUELA PINO DIANT.		PÇ	2		
303	BANDEJA LE E LD		PÇ	2		
304	BARRA CURTA DE DIREÇÃO		PÇ	1		
305	BARRA DE DIREÇÃO LONGA		PÇ	1		
306	BATEDOR INFERIOR		PÇ	2		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



307	BATEDOR SUPERIOR		PÇ	2		
308	BATENTE AMORTECEDOR TRASEIRO		PÇ	2		
309	BATENTE FEIXE DE MOLAS TRAS		PÇ	2		
310	BATERIA 150 AMP.		PÇ	2		
311	BIELETA		PÇ	2		
312	BOBINA		PÇ	2		
313	BOIA TANQUE COMBUSTÍVEL		PÇ	1		
314	BOMBA D'ÁGUA MOTOR		PÇ	1		
315	BOMBA DE COMBUSTÍVEL		PÇ	1		
316	BOMBA ÓLEO LUBRIFICANTE		PÇ	1		
317	BRONZE BIELA DO MOTOR		PÇ	2		
318	BRONZE FIXO DO MOTOR		PÇ	2		
319	BUCHA DA BANDEJA DIANT.		PÇ	4		
320	BUCHA DA BANDEJA TRAS.		PÇ	4		
321	BUCHA DE BIELA		PÇ	4		
322	BUCHA ESTABILIZADOR DIANT.		PÇ	4		
323	BUCHA ESTABILIZADOR TRAS INFERIOR		PÇ	4		
324	BUCHA ESTABILIZADOR TRAS MEIO		PÇ	4		
325	BUCHA ESTABILIZADOR TRAS SUPERIOR		PÇ	4		
326	BUCHA MOLA DIANT.		PÇ	4		
327	BUCHA MOLA TRASEIRA		PÇ	4		
328	BUZINA		PÇ	2		
329	CABO DE EMBREAGEM		PÇ	2		
330	CABO DO ACELERADOR		PÇ	2		
331	CABO FREIO DE MÃO		PÇ	1		
332	CABO SELETOR		PÇ	1		
333	CAMISA MOTOR		PÇ	4		
334	CATRACA FREIO DIANT.		PÇ	2		
335	CATRACA FREIO TRAS		PÇ	2		
336	CHAVE DE SETA		PÇ	1		
337	CILINDRO AUXILIAR EMBREAGEM		PÇ	2		
338	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM		PÇ	1		
339	CILINDRO RODA		PÇ	2		
340	COLA PARA PARABRISA		PÇ	2		
341	CORREIA DO ALTERNADOR		PÇ	2		
342	CORREIA HIDRAULICA		PÇ	2		
343	COXIM CAIXA DE MACHA		PÇ	2		
344	COXIM DO AMORTECEDOR DIANT.		PÇ	2		
345	COXIM DO MOTOR L/D		PÇ	2		
346	COXIM ESCAPAMENTO TRASEIRO		PÇ	2		
347	COXIM MOTOR L/E		PÇ	2		
348	CRUZETA TRANSMISSÃO		PÇ	2		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



349	CUICA DE FREIO		PC	4	
350	DIAFRAGMA DIANT.		PC	2	
351	DISCO FREIO DIANTEIRO		PC	4	
352	DISCO FREIO TRASEIRO		PC	4	
353	EMBREAGEM VISCOSA		PC	1	
354	ESTICADOR DA CORREIA		PC	1	
355	FAROL LD		PC	1	
356	FAROL LE		PC	1	
357	FILTRO AR PRIMARIO		PC	4	
358	FILTRO AR SECUNDARIO		PC	4	
359	FILTRO LUBRIFICANTE		PC	4	
360	FILTRO COMBUSTIVEL		PC	4	
361	FILTRO SEDMENTADOR		PC	4	
362	FILTRO APU		PC	4	
363	FREZADO DA TRASNMISAO		PC	1	
364	FUSÍVEL		PC	5	
365	IMPULSOR P/ MOTOR PARTIDA		PC	1	
366	INDUZIDO		PC	1	
367	INTERRUPTOR DE FREIO		PC	1	
368	JOGO ANEIS DE SEGMENTO		PC	1	
369	JOGO EMBUCH. MANGA EIXO DIANT.		PC	2	
370	JOGO ESCOVA MOTOR PARTIDA		PC	2	
371	JOGO JUNTA DO MOTOR COMP.		PC	1	
372	JOGO LONA FREIO DIANTEIRO		PC	4	
373	JOGO LONA FREIO TRASEIRO		PC	4	
374	JOGO MOLA SAPATA FREIO		PC	2	
375	JOGO REPARO PINÇA FREIO		PC	2	
376	JOGO SAPATA FREIO MÃO		PC	2	
377	JUMELO DIANT. MOLA SUSPENSÃO		PC	2	
378	JUNTA CABEÇOTE		PC	1	
379	JUNTA CARTER		PC	1	
380	KIT DE EMBREAGEM		PC	1	
381	LAMPADA 1034 24V		PC	5	
382	LÂMPADA 1141 24V		PC	5	
383	LÂMPADA 67		PC	5	
384	LÂMPADA 69 24 V		PC	5	
385	LÂMPADA FAROL		PC	5	
386	LANTERNA LATERAL		PC	2	
387	LANTERNA TRASEIRA		PC	2	
388	MANGOTE DE ÁGUA		PC	2	
389	MANGOTE INFERIOR DO RAD.		PC	2	
390	MANGOTE SUPERIOR DO RAD.		PC	2	
391	MANGUEIRA DA CUICA		PC	2	
392	MANGUEIRA FREIO DIANT.		PC	2	
393	MANGUEIRA FREIO TRASEIRO		PC	2	
394	MANGUEIRA INTERCOLER		PC	2	



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



395	MOLA DA CUICA FREIO		PÇ	3		
396	MOLA 1ª DIANTEIRA PARABOLICA		PÇ	2		
397	MOLA 1ª DIANTEIRA RETA		PÇ	2		
398	MOLA 1ª DIANTEIRA VIRADA		PÇ	2		
399	MOLA 2ª DIANTEIRA		PÇ	2		
400	MOLA 3ª DIANTEIRA		PÇ	2		
401	MOLA 1ª TRASEIRA PARABOLICA		PÇ	2		
402	MOLA 1ª TRASEIRA VIRADA		PÇ	2		
403	MOLA 2ª TRASEIRA		PÇ	2		
404	MOLA 3ª TRASEIRA		PÇ	2		
405	PALHETA LIMPADOR		PÇ	2		
406	PARAFUSO RODA		PÇ	4		
407	PARAFUSO CENTRO		PÇ	2		
408	PINO MOLA DIANT. SUSPENSÃO		PÇ	2		
409	PINO MOLA TRAS.		PÇ	2		
410	PISTÃO MOTOR		PÇ	2		
411	PIVO		PÇ	2		
412	POLIA DO ALTERNADOR		PÇ	2		
413	PONTEIRA TRANSMISSÃO		PÇ	1		
414	PORTA ESCOVA		PÇ	4		
415	REGULADOR DE VOLTAGEM		PÇ	1		
416	RELE ALTERNADOR		PÇ	2		
417	RELE AUXILIAR		PÇ	2		
418	RELE DE BUZINA		PÇ	2		
419	RELE DE PISCA		PÇ	2		
420	REPARO CENTRAL DA CUICA		PÇ	2		
421	RESERVATÓRIO D'ÁGUA		PÇ	1		
422	RETENTOR DA POLIA		PÇ	2		
423	RETENTOR DO VIRABREQUIM		PÇ	2		
424	RETENTOR DO VOLANTE		PÇ	2		
425	RETENTOR HASTE VÁLVULA		PÇ	4		
426	RETENTOR PINHÃO		PÇ	2		
427	RETENTOR RODA DIANT.		PÇ	4		
428	RETENTOR RODA TRAS		PÇ	4		
429	RETROVISOR		PÇ	2		
430	ROLAMENTO CAIXA DE MACHA		PÇ	2		
431	ROLAMENTO CENTRO		PÇ	2		
432	ROLAMENTO DE EMBREAGEM		PÇ	1		
433	ROLAMENTO DO VOLANTE		PÇ	2		
434	ROLAMENTO RODA DIANT EXT		PÇ	2		
435	ROLAMENTO RODA DIANT INT		PÇ	2		
436	ROLAMENTO RODA TRAS EXT.		PÇ	2		
437	ROLAMENTO RODA TRAS INT.		PÇ	2		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



438	SENSOR DE VELOCIDADE		PÇ	1		
439	SENSOR NÍVEL DE COMBUSTÍVEL		PÇ	2		
440	SENSOR TEMPERATURA		PÇ	2		
441	SIRENE DE RÉ		PÇ	2		
442	SOQUETE FAROL		PÇ	2		
443	SOQUETE PISCA		PÇ	2		
444	TERMINAL DE DIREÇÃO LD		PÇ	2		
445	TERMINAL DE DIREÇÃO LE		PÇ	2		
446	TRIZETA		PÇ	2		
447	VÁLVULA ADMISSÃO DO MOTOR		PÇ	2		
448	VÁLVULA DE PEDAL		PÇ	1		
449	VÁLVULA ESCAPE DO MOTOR		PÇ	2		
450	VÁLVULA TERMOSTÁTICA		PÇ	2		
451	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS		SERVIÇO	150		
452	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS		SERVIÇO	80		

5 - ONIBUS VOLKSWAGEN NEOBUS 15,190 PLACA RLZ3C94 ANO 2022

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
453	AMORTECEDOR DIANTEIRO		PÇ	4		
454	AMORTECEDOR TRASEIRO		PÇ	4		
455	ANEL SINCRONIZADOR		PÇ	2		
456	BARRA DIRECAO GRANDE		PÇ	1		
457	BARRA DIRECAO PEQUENA		PÇ	1		
458	BATERIA 150AMP		PÇ	2		
459	BOMBA D'AGUA		PÇ	2		
460	BOMBA ÓLEO		PÇ	2		
461	BRONZE BIELA		PÇ	4		
462	BRONZE FIXO		PÇ	4		
463	BUCHA BIELA		PÇ	4		
464	BUCHA ESTABILIZADORA DIANTEIRA		PÇ	4		
465	BUCHA ESTABILIZADORA TRASEIRA		PÇ	4		
466	CATRACA FREIO DIANTEIRO		PÇ	4		
467	CATRACA FREIO TRASEIRO		PÇ	4		
468	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM		PÇ	2		
469	CRUZETA TRANSMISSAO		PÇ	4		
470	CUICA DE FREIO		PÇ	4		
471	EIXO BENDIX MOTOR DE PARTIDA		PÇ	1		
472	EIXO PRIMARIO		PÇ	1		
473	EIXO SECUNDÁRIO		PÇ	1		
474	ESPEHO RETROVISOR		PÇ	2		
475	FAROL		PÇ	2		
476	FILTRO DE AR PRIMARIO		PÇ	4		



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



477	FILTRO DE COMBUSTIVEL		PÇ	4	
478	FILTRO LUBRIFICANTE		PÇ	4	
479	FILTRO SEDIMENTADOR		PÇ	4	
480	FUSIVEL		PÇ	5	
481	GUARNICAO PARABRISA		PÇ	2	
482	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA		PÇ	1	
483	JOGO ARRUELA ENCOSTO		PÇ	2	
484	JOGO EMBUCHAMENTO PONTA DE EIXO		PÇ	2	
485	JOGO ESCOVA MOTOR DE PARTIDA		PÇ	2	
486	JOGO JUNTA INFERIOR		PÇ	2	
487	JOGO LONA DE FREIO DIANTEIRA		PÇ	4	
488	JOGO LONA DE FREIO TRASEIRA		PÇ	4	
489	JUNTA DO CABEÇOTE		PÇ	2	
490	JUNTA DO COLETOR DE ESCAPE		PÇ	2	
491	JUNTA TAMPA DISTRIBUIÇÃO		PÇ	2	
492	JUNTA TAMPA VALVULA		PÇ	2	
493	JUNTA DO COLETOR DE ADMISSÃO		PÇ	2	
494	KIT COMPRESSOR AR		PÇ	1	
495	KIT EMBREAGEM		PÇ	1	
496	KIT MOTOR		PÇ	4	
497	LAMPADA 1034		PÇ	4	
498	LAMPADA 1141		PÇ	4	
499	LAMPADA 69		PÇ	4	
500	LAMPADA H4		PÇ	4	
501	LAMPADA H7		PÇ	4	
502	LANTERNA TRASEIRA		PÇ	2	
503	LUVA DE TRANSMISSAO		PÇ	2	
504	MOLA 2ª DIANTEIRA		PÇ	2	
505	MOLA 2ª TRASEIRA		PÇ	2	
506	MOLA 3ª TRASEIRA		PÇ	2	
507	MOLA 4ª TRASEIRA		PÇ	2	
508	MOLA MESTRE DIANTEIRA		PÇ	2	
509	PALHETA LIMPADOR		PÇ	2	
510	PARABRISA		PÇ	1	
511	PINO EMBUCHAMETO		PÇ	4	
512	PONTEIRA TRANSMISSAO		PÇ	2	
513	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA		PÇ	2	
514	REPARO CAIXA DE DIREÇÃO		PÇ	2	
515	RETENTOR DIANTEIRO CAIXA		PÇ	2	
516	RETENTOR POLIA		PÇ	2	
517	RETENTOR RODA DIANTEIRA		PÇ	4	
518	RETENTOR RODA TRASEIRA		PÇ	4	
519	RETENTOR TRASEIRO CAIXA		PÇ	2	



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



520	RETENTOR VOLANTE		PÇ	2		
521	ROLAMENTO AGULHA		PÇ	2		
522	ROLAMENTO CENTRO		PÇ	2		
523	ROLAMENTO EIXO PRIMARIO		PÇ	2		
524	ROLAMENTO EIXO SECUNDÁRIO		PÇ	2		
525	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA EXTERNA		PÇ	4		
526	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA INTERNA		PÇ	4		
527	ROLAMENTO RODA TRASEIRA EXTERNO		PÇ	4		
528	ROLAMENTO RODA TRASEIRA INTERNO		PÇ	4		
529	ROLETES		PÇ	4		
530	SERVO EMBREAGEM		PÇ	1		
531	SILICONE		PÇ	2		
532	SINCRONIZADOR		PÇ	1		
533	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO		PÇ	2		
534	TAMBOR FREIO TRASEIRO		PÇ	2		
535	TERMINAL DIRECAO		PÇ	4		
536	VALVULA DESCARGA RAPIDA		PÇ	2		
537	VALVULA GOVERNADORA		PÇ	2		
538	VALVULA PEDAL		PÇ	2		
539	VALVULA RELE		PÇ	2		
540	VIDRO JANELA LATERAL		PÇ	2		
541	SERVIÇOS MECANICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS		SERVIÇO	150		
542	SERVIÇOS ELETRICOS GERAL EM VEICULOS PESADOS		SERVIÇO	80		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - DE NÃO EMPREGAR MENOR

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024

**MODELO DE DECLARAÇÃO - QUE A PROPOSTA COMPREENDE A
INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:/2024

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede da Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Monteiro, Estado da Paraíba, localizada na Rua Alcindo Bezerra de Menezes - Centro - Monteiro - PB, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Municipal nº 2.229/2024, de 17 de Janeiro de 2024; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 9.0.075/2024 que objetiva o registro de preços para: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO – PB, PARTE III**; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgãos e/ou entidades integrantes da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - CNPJ nº 09.073.628/0001-91; FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CNPJ nº 11.442.838/0001-51.

VENCEDOR:

CNPJ:

TOTAL:

1 - LOTE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.
Total do Lote 1				
2 - LOTE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.
Total do Lote 2				

Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

VENCEDOR:

CNPJ:

TOTAL:

1 - LOTE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.
Total do Lote 1				
2 - LOTE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.
Total do Lote 2				



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 9.0.075/2024, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Monteiro, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Pelo seguinte órgão e/ou entidade participante do presente certame: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CNPJ nº 11.442.838/0001-51.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 9.0.075/2024, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio de:

Pedido de Compra quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.

Pedido de Compra e Contrato, quando presentes obrigações futuras.

O prazo para retirada do Pedido de Compra, será de 03 (três) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Pedido de Compra e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para retirar o Pedido de Compra, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Pedido de Compra no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis. O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 9.0.075/2024 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

-

Lote(s):

Valor: R\$

-

Lote(s):

Valor: R\$

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Monteiro.

Monteiro - PB, ... de de

...

...



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2024

CONTRATO Nº:-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO E, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Monteiro - Rua Alcindo Bezerra de Menezes, 13 - Centro - Monteiro - PB, CNPJ nº 09.073.628/0001-91, neste ato representada pela Prefeita Anna Lorena Leite Nóbrega Lago, Brasileira, Casada, Advogada, residente e domiciliada na Rua Pe. Arthur Cavalcante, 150 - Centro - Monteiro - PB, CPF nº 012.556.184-93, Carteira de Identidade nº 3.068.410 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 9.0.075/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Municipal nº 2.229/2024, de 17 de Janeiro de 2024; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO – PB, PARTE III.**

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 9.0.075/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

1 – LOTE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID. QUANT.
Total do Lote 1			
2 – LOTE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID. QUANT.
Total do Lote 2			



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos previstos no orçamento vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Monteiro.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



Monteiro - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024

**MODELOS DE DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE REQUISITOS
NORMATIVOS**

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.0.075/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Monteiro, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Comissão Permanente de Licitação



NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.